 DOI: 10.47595/cjsiurj.v3i1.118

UM NOVO MODELO DE GLOBALIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA. LIÇÕES DA GUERRA NA UKRANIA E DA PANDEMIA.

A NEW MODEL OF GLOBALIZATION AND INDEPENDENCE. LESSONS FROM THE WAR IN UKRANIA AND THE PANDEMIC

Ruben Bahamonde[1]

Resumo:

Diversos eventos recentes, nomeadamente a guerra na Ucrânia, a pandemia e a crise do transporte marítimo põem em evidência o atual modelo de globalização onde os estados abdicam de uma grande parte da sua independência e autonomia, limitando as suas possibilidades de reagir perante tais eventos. Neste contexto, urge repensar um novo equilíbrio entre globalização e nacionalismo, procurando uma via mais adequada para satisfazer as necessidades nacionais sem por isso, cercear o crescimento económico e o bem-estar dos consumidores.

Abstract:

Several recent events, namely the war in Ukraine, the pandemic and the maritime transport crisis, highlight the drawbacks of the current model of globalization where states abdicate a large part of their independence and autonomy, limiting their possibilities to react to such events. In this context, it is urgent to rethink a new balance between globalization and nationalism, looking for a more adequate way to satisfy national needs without, therefore, restricting economic growth and the well-being of consumers.

Palavras chave: Globalização, nacionalismo, guerra, consumidores, independência.

Key words: Globalization, nationalism, war, consumers, independence.

[1] Professor Associado do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Coordenador e Investigador Integrado do Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa [Projeto: Autotutela e realização do Direito Privado]. rbahamonde@autonoma.pt

Introdução

Um dos maiores objetivos do ser humano a partir do seu nascimento consiste em alcançar a sua independência, seja esta física, moral, intelectual, económica, etc. A independência, na medida da sua possível concretização, implica a afirmação do indivíduo e da sua individualidade, da pessoa humana autónoma e capaz. No entanto, o indivíduo independente e autónomo, por si só, mais não é do que uma peça no grande tabuleiro da vida em sociedade que tem servido para a formação dos diversos países e Estados. Assim como os indivíduos, os países também precisam garantir a sua autonomia e independência por forma a permitir uma soberania nacional material e não apenas formal. Mas assim como os indivíduos, também os países precisam de colaborar entre si para poder alcançar objetivos maiores, para fomentar sinergias, para se enriquecerem com a diversidade, para semear as relações amigáveis em que se baseia a manutenção de um contexto geopolítico pacífico e de entreajuda. No contexto atual de invasão da Ucrânia, a Europa foi desafiada a repensar as suas relações económicas, ao se ter evidenciado uma grande exposição à dependência de fontes energéticas externas, devendo de igual modo refletir sobre a política comum em relação à sua capacidade militar defensiva e ofensiva.

Capitalismo e globalização

O sistema capitalista atual, caraterizado pela globalização, apesar dos muitos defeitos que se lhe possam apontar, e são verdadeiramente bastantes[2], tem evidenciado a virtude de aproximar os povos através das suas relações económicas e comerciais, com o intuito de procurar a satisfação dos interesses dos seus correspondentes cidadãos/ consumidores, nomeadamente através da procura de produtos e serviços mais baratos e de melhor qualidade. Estas relações económicas e comerciais são o combustível com que se alimenta o fenómeno da globalização e da deslocalização de unidades de produção, que responde a uma lógica económica bastante simples, procura constante das eficiências económicas, nomeadamente, das eficiências estáticas em relação ao preço, i.e., procurar produzir naquele país, naquele Estado ou local, onde o custo por unidade produzida seja inferior, permitindo manter o nível de preços e o incremento da margem de lucro ou permitindo diminuir o preço de comercialização e ganhar quota de mercado face aos concorrentes. Pode assim, afirmar-se que, de certa forma, o fenómeno da globalização é o resultado de uma política económica focada, eminentemente, na

[2] Joseph E. Stiglitz, Globalização. A grande Desilusão, Terramar Editores, Lisboa, 2002.

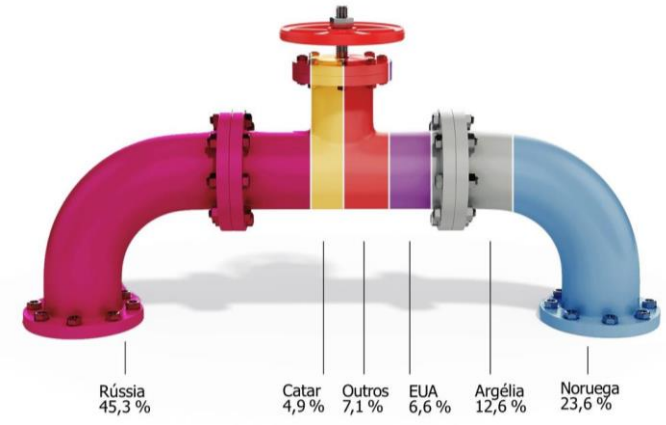
procura de eficiências de custos. Localizamos a produção dos bens ou serviços nos locais onde existam melhores eficiências de custos, utilizamos aqueles recursos que sejam mais baratos ou compramos as nossas matérias primas àqueles países que as vendam a menor preço. A maior parte dos estados, onde se incluem os operadores económicos do seu tecido empresarial, não tem prestado grande atenção à diversificação das suas fontes de abastecimento, inexistindo incentivos para tal se houver que sacrificar as eficiências de custos.

Mas o foco da globalização na procura de eficiências de custos, também tem custos, e neste sentido verifica-se uma elevada perda de autonomia e independência dos estados e uma interligação de tal ordem que um espirro numa latitude pode produzir um furação na latitude oposta.

A invasão da Ucrânia

A atual guerra na Ucrânia tem evidenciado, de forma crítica e, espera-se que definitiva, que o fenómeno da globalização tem de ser reinterpretado, devendo existir um maior compromisso entre a procura de eficiências na produção de bens e serviços e na manutenção de um grau aceitável de autonomia e independência nacional e/ou regional. Com efeito, perante a invasão da Ucrânia perpetrada pela Rússia, a Europa viu-se obrigada a reequacionar muitas das suas políticas e objetivos, e a procurar a conciliação destes com a sua própria subsistência.

Numa fase inicial, houve bastante relutância na aplicação de sanções económicas europeias à Rússia, principalmente, pela grande dependência de diversos países europeus no que concerne aos combustíveis fósseis, nomeadamente a dependência do gás (40%) e, em menor medida, a dependência do petróleo (27%) e do carvão (46%) que tem um menor impacto na economia. Nomeadamente, no que diz respeito ao gás natural, a Europa depende das importações para obter 90% da sua procura, conforme resulta do seguinte gráfico.



Fonte: Comissão Europeia

Neste contexto, e como era expectável por parte da própria Rússia, a União Europeia e os seus Estados membros tiveram inicialmente muita reticência em aplicar sanções económicas que pudessem pôr em causa o normal abastecimento energético europeu.

Apesar desta grande dependência energética, e assumindo as inerentes consequências, a Europa tem implementado diversas sanções económicas contra a Rússia[3], promovendo, ao mesmo tempo, uma agenda europeia para a diversificação do seu aprovisionamento energético, para a aceleração do uso de tecnologias de energia verde e para a redução da procura externa de energia com o intuito de, o mais cedo possível, substituir o gás proveniente da Rússia[4]. Ou seja, a Europa assumiu a necessidade de privilegiar a sua independência energética, não apenas diversificando as suas fontes de abastecimento, apesar de poder incrementar os custos fixos, como também reduzindo a sua dependência, na medida do possível, de fornecedores externos. Como referimos acima, numa economia amplamente globalizada, é incontornável a existência de certo grau de interdependência económica entre os estados, mas um novo paradigma de globalização passará pela necessidade de reduzir essa dependência, ainda que assumindo maiores custos fixos, para ganhar em independência e autonomia, representando assim, um custo de oportunidade necessário e desejável para garantir internamente o maior leque de necessidades, ainda que potenciais[5]. Este compromisso implica uma política económica estadual diferente, com uma regulação económica que permita racionalizar melhor a localização das fontes de abastecimento e das cadeias de distribuição, implementando mecanismos de incentivo e promoção dos agentes económicos nacionais ou regionais, pelo menos, até uma determinada percentagem, em detrimento de agentes económicos externos.

Um outro ponto de viragem que importa referir está relacionado com a autonomia militar da União Europeia e dos seus estados, que como se sabe, tradicionalmente se conformou com

[3] https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/

[4] Comunicação da Comissão Europeia de 08.03.2022, REPowerEU: Ação conjunta europeia para uma energia mais segura e mais sustentável a preços mais acessíveis. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2022%3A108%3AFIN

[5] Como é sabido também, a globalização implica a perda de poder/soberania dos estados em benefício de outras entidades. Vid., Christian Volk, The Problems os Sovereignty in Globalized Times, Law, Culture and The Humanities, 2019, https://doi.org/10.1177/1743872119828010; Pierre Mark Johnson, Para lá do comércio: Defesa de uma Agenda alargada da Governação Internacional, in. Governação Desenvolvimento e Equidade, Fundação Calouste Gulbenkian, Publicações dom Quixote, 2001, pp. 297 e ss.

a sua dependência dos Estados Unidos da América[6]. Diversos países comunitários já anunciaram o aumento do investimento para fortalecer o seu poder militar, resta saber qual será a posição conjunta para a existência de um exército Europeu.

Outras crises recentes

Vários acontecimentos têm justificado esta mudança de paradigma na globalização. Em primeiro lugar, e por ordem de preferência, sublinha-se o custo ambiental da globalização que tem sido amplamente estudado[7] e resulta também como uma importante preocupação dos Estados na resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável"[8]. Com efeito, resulta comum verificar que, por exemplo, em Portugal, possa ser adquirido, por um preço muito mais barato, um produto fabricado na República Popular da China ou em qualquer outro país distante, do que em qualquer região do país. Em termos ambientais, será difícil justificar a pegada de carbono de uma camisa proveniente da República Popular da China, em detrimento de uma camisa fabricada em Vila Nova de Famalicão. Acresce ainda que, o valor de venda do produto importado nas condições referidas não tem em consideração, na sua estrutura de custos, a poluição gerada com esse transporte, uma vez que este custo é suportado e repartido por toda a humanidade, o que conduz a uma grande ineficiência e injustiça apenas sustentada, na maioria dos casos, pela maximização do lucro. Por outras palavras, em termos de pegada de carbono, seria muito mais desejável produzir as camisas em Portugal, ainda que tal implicasse a renuncia pelos correspondentes agentes económicos a certa margem de lucro, sempre e quanto exista uma regulação económica que permita a estes agentes económicos continuar a ser eficientes face aos seus concorrentes. Conforme se referirá mais adiante, nesta equação assumirá um papel muito importante o consumidor e as suas preferências ou escolhas.

Outro fator importante para repensar o fenómeno da globalização está relacionado com a crise dos contentores ou do transporte marítimo de mercadorias. Com efeito, aproximadamente 90 % dos bens que são consumidos no mundo são transportados por via marítima[9] e, considerando que os preços têm aumentado exponencialmente e que em diversas situações se

[6] **José Manuel Félix Ribeiro,** Globalização Económica e Fragmentação Geopolítica – A Caminho de um Mundo de Equilíbrios Instáveis e Temporários? Nação e Defesa, n.º 87 – 2ª Série, pp. 171. "grandes atores económicos, dependerem vitalmente da "proteção dos EUA, para a sua segurança, numa configuração em que "Poder económico" e "poder militar" estão claramente separados, exceto para a potência líder.
[7] Grégoire Garsous, Trends in policy indicators on trade and environment, OECD Trade and Environment Working Papers 2019/01, https://dx.doi.org/10.1787/b8d2bcac-en e Kevin P. Gallagher, Economic Globalization and the Environment, Annu. Rev. Environ. Resour. 2009, 34, pp. 279-304.
[8] https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030
[9] https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2021-004514_ES.html

verifica uma incapacidade para movimentar toda a carga pretendida, os Estados são obrigados a avaliar a sua exposição ao risco de uma disrupção na cadeia de distribuição[10]. Por outras palavras, uma política económica nacional baseada na obtenção de um determinado grau mínimo de independência deve procurar diversificar as suas fontes de distribuição, evitando que o seu grosso esteja dependente de uma mesma rota e até de uma mesma via principal de transporte. Acresce ainda, o facto de existir uma marcada concentração da produção mundial dos bens consumidos, o que resulta necessariamente num maior recurso às mesmas vias/rotas de transporte. Em 2019, a República Popular da China foi, com grande diferença, o maior produtor mundial de bens manufaturados, detendo uma quota de mercado de 28,7 %, encontrando-se em segundo lugar os Estados Unidos da América, com uma quota de mercado de 16.8 %, em terceiro lugar o Japão com uma quota de 7.5 % e em quarto lugar a Alemanha com uma quota de 5.3 %[11]. Estes dados evidenciam uma alarmante exposição do mercado global às intempéries do sistema de produção, de distribuição e de transporte de uma única fonte de abastecimento, sendo a capacidade de produção depositada na República Popular da China praticamente igual à dos três seguintes maiores produtores mundiais. Parecem estar muitos ovos no mesmo cesto!

A pandemia veio também abrir muitos olhos no sentido de valorizar a independência e autossuficiência dos Estados para defrontar a crise sanitária da Covid-19. Apesar de o esforço coletivo para lutar contra a Covid-19 ter sido exemplar, o certo é que aqueles Estados que contavam, dentro das suas fronteiras, com os recursos necessários para o seu combate, estiveram em melhores condições para assegurar os bens e serviços necessários para satisfazer as necessidades das suas populações[12]. A União Europeia, estando num patamar privilegiado em termos económicos, evidenciou a sua dependência externa, quer no que diz respeito à capacidade de produzir autonomamente vacinas, quer quanto à capacidade de fornecer o mercado interno com os equipamentos e materiais necessários na luta contra a pandemia. Mesmo quando se verificou a existência dessa capacidade por parte de alguns dos Estados Membros, houve uma grande limitação do mercado interno para a exportação intracomunitária desses produtos, privilegiando a satisfação, em primeiro lugar, das necessidades nacionais,

[10] https://www.forbes.com/sites/lorenthompson/2021/10/08/dwindling-us-merchant-fleet-is-a-crisis-waiting-to-happen/; https://www.bloomberg.com/news/features/2022-01-18/supply-chain-crisis-helped-shipping-companies-reap-150-billion-in-2021

[11] https://www.statista.com/chart/20858/top-10-countries-by-share-of-global-manufacturing-output/

[12] Luis Tomé, Impactos Geopolíticos da crise pandémica, Conjuntura Internacional, As Relações Internacionais em contexto de pandemia, JANUS, N. 20, Março, 2021, pp. 74-75.

verificando-se, em algumas circunstâncias, comportamentos menos solidários[13]. Perante esta situação de catástrofe generalizada, a República Popular da China erigiu-se como principal fornecedor Europeu ao nível de equipamentos para combate à pandemia, uma vez mais, evidenciando-se a grande dependência europeia[14]. Novamente, uma Globalização pouco diversificada, e a aposta por uma especialização apenas ou primordialmente em setores económicos específicos, prejudica a capacidade de resposta dos Estados. Mesmo no âmbito interno da União Europeia, teria sido desejável uma menor concentração da capacidade de produção de equipamentos médicos e outros bens essenciais para o combate à situação pandémica. Certamente é impossível prever o imprevisível, mas o conhecimento de uma grande dependência externa e pouco diversificada permite razoavelmente esperar uma menor resiliência quando a situação se torna complexa. Nesta sequência, por exemplo, se os países do sul da Europa, nomeadamente Portugal e Espanha, pretendessem centrar o seu modelo económico nacional no turismo, ficariam numa situação de dependência produtiva e logística inevitável perante acontecimentos extraordinários, como os da pandemia. Aproveitar e apostar nos sectores económicos mais fortes que um país detém é imperativo, mas de igual forma o é a diversificação desses setores para construir uma economia mais resiliente e competitiva.

Como último fator para a mudança do tradicional paradigma da globalização, e sem pretendermos ser exaustivos, sendo conscientes da existência de outros importantes fatores, destacamos o auge dos nacionalismos. O excesso da globalização tem causado diversos estragos nas economias nacionais, tais como o desemprego, a deslocalização, a contaminação ambiental, insolvências, entre outros, o que promove o surgimento de movimentos de oposição na forma de nacionalismos[15]. Esta situação chegou a um ponto crítico com a máxima de Donald Trump "America First", pondo em crise o papel central no cenário geopolítico que até à data desempenharam consistentemente os Estados Unidos de América, o que necessariamente obrigou os restantes países a repensar as suas relações e o seu grau de dependência daquela potência[16]. Volvendo ao referido no inicio deste texto, reitera-se que, se de facto a garantia de

[13] Ruben Bahamonde, Patentes Farmacêuticas e Direito à Saúde – Portugal e Brasil, Janus.net, Vol. 13, n.º 1, nota 47. Para mais exemplos ao nível interno da EU consultar https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-eu-idUSKBN20T166

[14] https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_trade_in_COVID-19_related_products

[15] Jürgenn Osterhammel, Nationalism and Globalization, The Oxford handbook of the history of nationalism / Breuilly, John (ed.). - Oxford: Oxford Univ. Press, 2013. – p. 705 afirma que nestes casos a globalização não cria propriamente uma agenda nacionalista, mas uma agenda mais local ou mais focada nas particularidades locais. Para uma análise mais detalhada sobre a relação entre globalização e nacionalismos consultar Natalie Sabanadze, Natalie. *Chapter 6. Globalization and Nationalism: the Relationship Revisited* In *Globalization and Nationalism: The Cases of Georgia and the Basque Country*. Budapest: Central European University Press, 2010, pp. 169-186.

[16] Mark Meirowtiz, American Leadership and the Internacional Community After Covid-19, In Cojuntura Internacional, As Relações Internacionais em contexto de pandemia, JANUS, N. 20, Março, 2021, pp. 86-87.

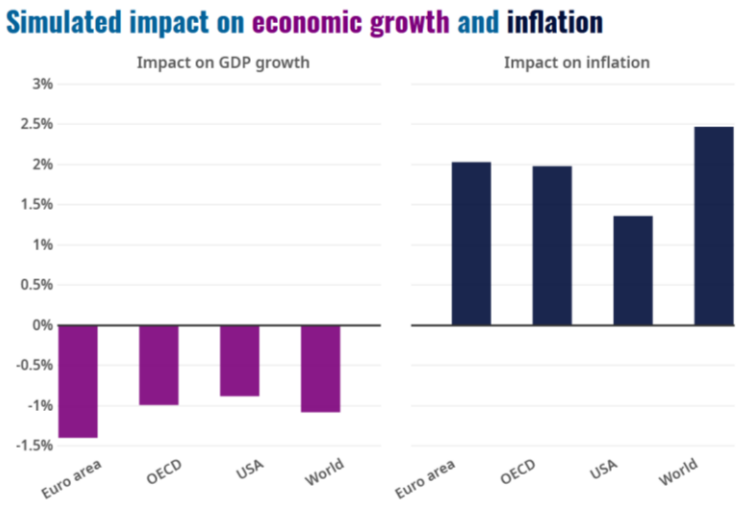
um grau mínimo de independência é essencial para o correto desenvolvimento dos Estados, certo é também que, no nosso entender, o maior nível de desenvolvimento possível apenas é aferível com a mistura certa de autonomia nacional e colaboração internacional ou globalização económica, ainda que diversificada e ponderada em termos de peso relativo. Historicamente temos muito recentes quais são os resultados dos nacionalismos exacerbados, pelo que certamente não serão a resposta para combater uma globalização desmedida, no entanto, determinadas medidas encaminhadas a reforçar a independência económica nacional ou regional, combinadas com uma globalização mais sustentável e circular, permitiram corrigir muitas das ineficiências enunciadas.

O papel dos consumidores

A reação dos consumidores à invasão da Ucrânia no mundo ocidental, principalmente, tem surpreendido quer pela celeridade com que se manifestou devido à difusão pelas redes sociais quer pela contundência dos boicotes promovidos como manifestação do consumismo político, i.e., a utilização das transações de mercado, como forma de protesto face a determinados comportamentos institucionais[17]. Nos primeiros estágios do conflito, os Estados foram, na adoção de medidas, a reboque daquilo que os próprios consumidores demandaram das empresas e estas foram assumindo quer por iniciativa própria, na minoria das situações, quer para evitar os custos de reputação e boicotes propostos e difundidos pelas redes sociais. Como consequência desta situação, verificaram-se saídas maciças de empresas da Rússia, assim como o congelamento de parcerias, colaborações com empresas russas e a interrupção da atividade empresarial naquele país[18]. Tais decisões têm e terão consequências muito relevantes no desempenho económico empresarial, comprometendo os seus resultados, assim como implicarão também, um custo significativo a suportar por todos os consumidores, que já se fez notar nos preços da energia, dos alimentos e do transporte, entre outros, resultando num incremento preocupante da inflação.

[17] Nuno Tiago Batista, Ricardo Gouveia Rodrigues, Clustering consumers who engage in boycotting: New insights into the relationship between political consumerism and institutional trust. *Int Rev Public Nonprofit Mark* **15,** 87–104 (2018). https://doi.org/10.1007/s12208-018-0192-8

[18] https://som.yale.edu/story/2022/over-600-companies-have-withdrawn-russia-some-remain



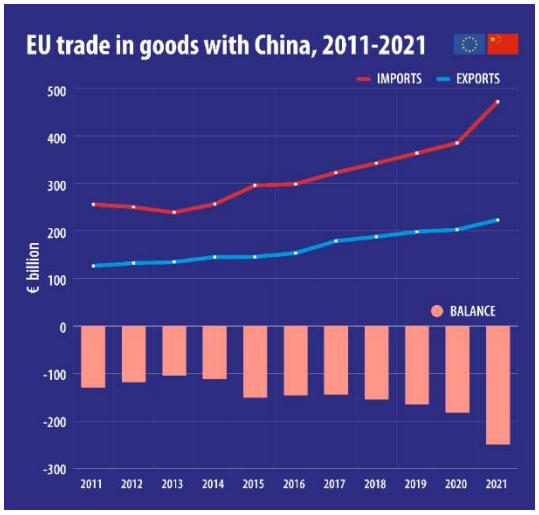
Fonte: OECD Economic Outlook, Interim Report, March 2022

Ainda está por ver se existirá algum movimento dos consumidores em relação às transações económicas realizadas com os países que têm adotado um posicionamento "neutral" perante o conflito da Ucrânia, como é o caso da República Popular da China ou da Índia. Não é novidade que a República Popular da China, a Rússia e a Índia, colaboram estreitamente no desenvolvimento de alternativas ao *status quo* geopolítico ditado pelo Ocidente, nomeadamente pelos Estados Unidos de América e o seu padrão do dólar, e têm todo o direito de trabalhar no sentido de alcançar tais aspirações[19]. Por isso, no mínimo, uma postura neutral por parte destes países era expectável. No entanto, não fica claro que existisse uma noção adequada da magnitude do conflito armado, da grave crise humanitária gerada e das atrocidades que alimentam as redes sociais, quer como informação, quer como desinformação. Em qualquer dos casos, decorridos mais de 30 dias do início da invasão da Ucrânia, a Rússia continua a contar com o apoio dos seus parceiros, a República Popular da China e a Índia, sem prejuízo de apelarem ao diálogo para a solução do conflito.

O posicionamento chinês e indiano, todavia, não foi contestado pelo ativismo político dos consumidores, não se verificando a promoção de boicotes aos produtos provenientes da República Popular da China, por exemplo. Se esta fosse uma possibilidade, o eventual boicote defrontaria maiores dificuldades, pois como ser referiu anteriormente, a República Popular da China é responsável pelo fabrico de 30 % das manufaturas a nível mundial. Esta é uma também uma faca de dois gumes, visto que a constatação desta "dependência" ou falta de independência

[19] Daniel Woodley, Globalization and capitalist geopolitics. Sovereignty and state power in a multipolar world. Rethinking Globalizations. Routledge, 2015. https://library.oapen.org/bitstream/id/94176c60-17ea-44e1-88e2-3961b89cc6ee/625755.pdf pp. 23 e ss.

na cadeia de produção e distribuição pode, como parece acontecer, acelerar a implementação de políticas económicas nacionais para reforço da capacidade produtiva interna, conduzindo à retirada dos centros de produção da República Popular da China[20]. Mas não é este um caminho certo, e menos ainda célere, pois a Europa, e particularmente a Alemanha, tem uma dependência avassaladora das importações e exportações de e para a República Popular da China[21].



Fonte: Eurostat

Neste contexto, e tendo como objetivo a garantia de um mínimo de autonomia nacional ou regional, questionar-se-á, legitimamente, se a ansiada implementação da nova rota da seda promovida pela República Popular da China e agora em *stand by*, é um passo à frente no incremento da globalização desejável, ou, outrossim, implica um grande risco na procura do incremento da autonomia produtiva europeia[22]. Em última instância, os consumidores decidirão se preferem comprar uma maior quantidade de produtos extracomunitários, com as correspondentes consequências em termos económicos e ambientais, ou se, no desenvolvimento de um nacionalismo moderado e aberto, privilegiam uma maior percentagem de produtos locais ou regionais.

[20] Sobre esta tendencia e as suas causas consultar Laura Oliver Caldentey, Radiografia de una Enfermedad, in Pandemia, globalización ecología: ¿Qué piensa la Hermenéutica crítica? 34 filósofas y filósofos responden a estas cuestiones. UNED, Madrid, 2020, pp. 233-242.
[21] https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/edn-20220401-1
[22] https://www.realinstitutoelcano.org/nueva-ruta-de-la-seda-oportunidad-incertidumbre/

Conclusões

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia deveria marcar um ponto de inflexão nos objetivos europeus no que tange não só à sua independência energética, como também à sua exposição, pouco diversificada, a outros parceiros económicos. A globalização é um fenómeno incontornável e gerador de muitos benefícios, mas carece de ser muito bem temperada por preocupações locais e regionais que permitam garantir um grau mínimo de capacidade produtiva interna e assim, uma independência e autonomia aceitáveis, sendo necessário para o efeito a implementação de uma política económica mais "nacionalista". Neste contexto, o poder e a disponibilidade dos consumidores assumirá um papel relevante pois com as suas decisões de compra ou de boicote, podem pressionar as instituições públicas e privadas no sentido de adotarem os comportamentos desejados. A grande facilidade de desinformação através das redes sociais implicará um desafio acrescido para a procura de um correto equilíbrio entre estas forças, sabendo-se que existe uma clara disputa pela hegemonia geopolítica entre o tradicional eixo ocidental liderado pelos Estados Unidos da América, com o qual a Europa tem vivido confortavelmente, e outro eixo composto eminentemente pela Rússia, a República Popular da China e a India.

Referências

Joseph E. Stigglitz, Globalização. **A grande Desilusão**, Terramar Editores, Lisboa, 2002.

José Manuel Félix Ribeiro, **Globalização Económica e Fragmentação Geopolítica – A Caminho de um Mundo de Equilíbrios Instáveis e Temporários?** Nação e Defesa, n.º 87 – 2ª Série, pp. 159-176.

Laura Oliver Caldentey, **Radiografía de una Enfermedad, in Pandemia, globalización ecología: ¿Qué piensa la Hermenéutica crítica? 34 filósofas y filósofos responden a estas cuestiones.** UNED, Madrid, 2020, pp. 233-242

Nuno Tiago Batista, Ricardo Gouveia Rodrigues, **Clustering consumers who engage in boycotting: New insights into the relationship between political consumerism and**

institutional trust. *Int Rev Public Nonprofit Mark* 15, 87–104 (2018). https://doi.org/10.1007/s12208-018-0192-8

Daniel Woodley, **Globalization an capitalist geopolitics. Sovereignty and state power in a multipolar world.** Rethinking Globalizations. Routledge, 2015. https://library.oapen.org/bitstream/id/94176c60-17ea-44e1-88e2-3961b89cc6ee/625755.pdf p. 23

Natalie Sabanadze, *Chapter 6. Globalization and Nationalism: the Relationship Revisited* In: **Globalization and Nationalism: The Cases of Georgia and the Basque Country. *Budapest:*** Central European University Press, 2010, pp. 169-186. https://books.openedition.org/ceup/575. ISBN: 9789633860069.

Jürgenn Osterhammel, **Nationalism and Globalization**, The Oxford handbook of the history of nationalism / Breuilly, John (ed.). - Oxford: Oxford Univ. Press, 2013. - pp. 694-712.

Pierre Mark Johnson, **Para lá do comércio: Defesa de uma Agenda alargada da Governação Internacional, in. Governação Desenvolvimento e Equidade, Fundação Calouste Gulbenkian**, Publicações dom Quixote, 2001, pp. 297 e ss.

Grégoire Garsous, **Trends in policy indicators on trade and environment**, OECD Trade and Environment Working Papers 2019/01, https://dx.doi.org/10.1787/b8d2bcac-en

Mark Meirowtiz, **American Leadership and the Internacional Community After Covid-19, In Cojuntura Internacional, As Relações Internacionais em contexto de pandemia**, JANUS, N. 20, Março, 2021, pp. 86-87.

Ruben Bahamonde, **Patentes Farmacêuticas e Direito à Saúde** – Portugal e Brasil, Janus.net, Vol. 13, n.º 1, 2022.

Christian Volk, **The Problems of Sovereignty in Globalized Times**, Law, Culture and The Humanities, 2019, https://doi.org/10.1177/1743872119828010

Luis Tomé, **Impactos Geopolíticos da crise pandémica, Conjuntura Internacional, As Relações Internacionais em contexto de pandemia**, JANUS, N. 20, Março, 2021, pp. 74-75.

Kevin P. Gallagher, **Economic Globalization and the Environment**, Annu. Rev. Environ. Resour. 2009, 34, pp. 279-304.